MONGERAL AEGON

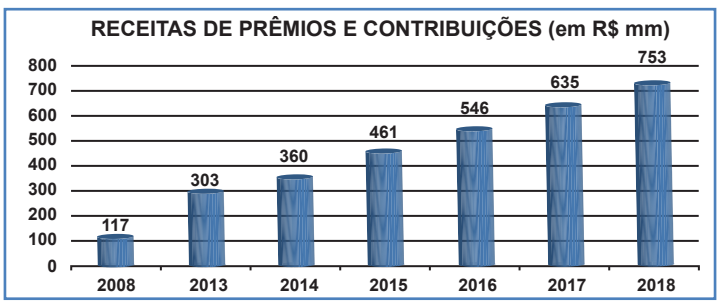
Construa seu amanhã

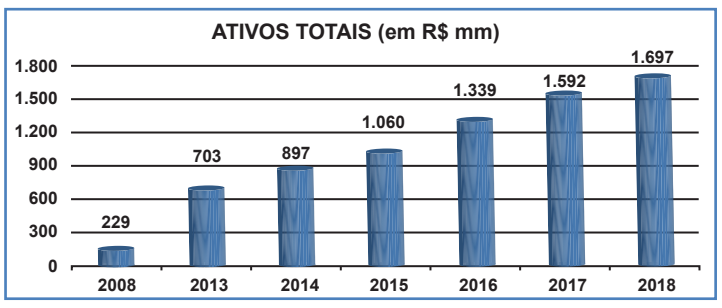
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

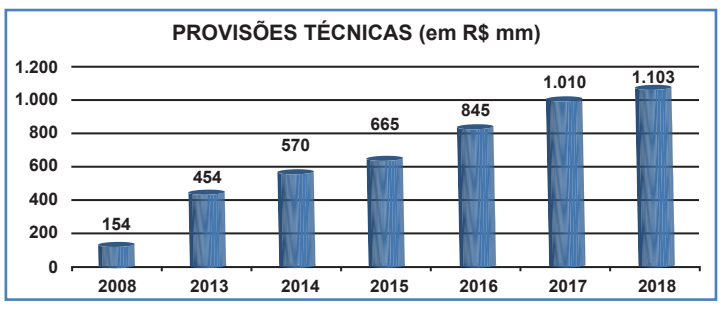
CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes. No segundo semestre, a companhia continuará intensificando seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Investirá ainda na revisão de processos, da capacitação da força de vendas, da inclusão de novos meios de cobrança e de estratégias para aumentar retenção de clientes e sua adimplência. **Desempenho:** No primeiro semestre, apesar do momento econômico conturbado que o País atravessa, a Mongeral Aegon apresentou crescimento de 2% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 9% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R$ 609 milhões e R$ 1,1 bilhão, respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia. Com a finalidade da manutenção da base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas na SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R$ 753 milhões, com crescimento expressivo de 19%. O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, a partir de março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB foram implantados na SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. Ainda conforme o planejado, em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado na SICOOB Seguradora foi de R$ 144 milhões. Como a Mongeral Aegon não tem o controle sobre a SICOOB Seguradora, as demonstrações consolidadas não serão divulgadas. No primeiro semestre, a companhia alcançou ainda crescimento de 36% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A variação observada considera todas as vendas realizadas pela parceria com o BANCOOB, inclusive as implantadas na SICOOB Seguradora. Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 422% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 616% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro. No primeiro semestre, as Despesas Administrativas cresceram 10%, abaixo da evolução das vendas de coberturas de riscos. O aumento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia. A Mongeral Aegon intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional no segundo semestre, com o objetivo de reduzir ainda mais o aumento das Despesas Administrativas. O Lucro Líquido de R$ 11,9 milhões, está em linha com os objetivos da Administração para o período. Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o semestre em R$ 336 milhões. Os Ativos Totais cresceram 7% atingindo R$ 1,7 bilhão. O capital total segurado pela companhia ultrapassou R$ 340 bilhões, com aproximadamente 1,7 milhões de vidas seguradas. **Realizações e ampliação dos segmentos de atuação:** O primeiro semestre foi marcado por muitas conquistas. No primeiro semetre, solidificamos as operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A em sociedade com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao SICOOB, maior sistema financeiro cooperativo do país, que possui mais de 4 milhões de associados e 2,7 mil pontos de atendimento. Em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral Aegon consolidou a sua liderança e intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) e da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG). Manteve a posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais. Manteve a diversificação, expansão e a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais. Investiu em seu portfólio de produtos, mantendo mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, além de uma linha de produtos para público de alta renda (capitais de até R$ 25 milhões), por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social. Alcançou excelentes resultados no NPS (Net Promoter Score - ferramenta para medir a satisfação e lealdade de clientes), com avaliação dos clientes e corretores-parceiros. Conquistou o sexto lugar entre as melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro e quinquagésimo sexto ao nível nacional, segundo a Great Place to Work (GPTW). Colheu os primeiros resultados da parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com o IRB BrasilRE, o Insurtech Innovation Program, com o objetivo de formar profissionais que queiram transformar os mercado de seguros e resseguros por meio do desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços baseados em tecnologia. **Governança Corporativa:** A Mongeral Aegon possui Diretoria específica de controles internos e compliance, assim como Comitê de Auditoria. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas. Foram realizados treinamentos aos agentes de controles internos e compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais. Todos investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon. **Declaração:** Em atendimento à Circular SUSEP n° 517 de 30 de julho de 2015, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **Agradecimentos:** A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A Administração**.







BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		**970.019**	**910.946**
Disponível			
Caixa e bancos		830	2.197
Aplicações	7	723.690	671.610
Créditos das operações com seguros e resseguros		82.840	78.356
Prêmios a receber	9(a)	31.982	31.120
Operações com seguradoras		1.143	1.136
Operações com resseguradoras	9(c)	39.261	39.208
Outros créditos operacionais		10.454	6.892
Créditos das operações com previdência complementar		57.815	59.639
Valores a receber	9(b)	47.031	46.753
Créditos de resseguros	9(c)	9.573	11.241
Operações com repasses		1.211	1.645
Ativos de resseguro - provisões técnicas		48.427	41.331
Seguros	17(a)	28.156	26.148
Previdência		20.271	15.183
Títulos e créditos a receber		21.045	18.323
Títulos e créditos a receber		2.198	1.005
Créditos tributários e previdenciários	22(b)	10.290	9.576
Outros créditos			
Adiantamentos a funcionários		6.793	6.624
Adiantamentos administrativos		960	647
Outros		804	471
Outros valores e bens		1.824	1.570
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.075	671
Despesas antecipadas		3.708	8.895
Custos de aquisição diferidos		28.765	28.354
Seguros	17(c)	22.951	21.861
Previdência	16(b)	5.814	6.493
Não circulante		**727.162**	**701.073**
Realizável a longo prazo		544.061	509.802
Aplicações	7	431.581	398.088
Ativos de resseguro - provisões técnicas		12.735	12.817
Seguros	17(a)	9.866	10.035
Previdência		2.869	2.782
Títulos e créditos a receber		62.199	66.430
Créditos tributários e previdenciários	22(b)	40.201	44.931
Depósitos judiciais e fiscais	20(c)	21.998	21.499
Outros valores e bens		-	32
Empréstimos e depósitos compulsórios		156	197
Despesas antecipadas		6.549	3.660
Custos de aquisição diferidos		30.841	28.578
Seguros	17(c)	23.672	19.322
Previdência	16(b)	7.169	9.256
Investimentos		40.910	39.011
Participações societárias	11	24.055	22.156
Imóveis destinados à renda	10	16.855	16.855
Imobilizado	12	56.100	58.551
Imóveis de uso próprio		20.901	21.086
Bens móveis		18.759	20.322
Outras imobilizações		16.440	17.143
Intangível			
Outros intangíveis	13	86.091	93.709
Total do ativo		**1.697.181**	**1.612.019**

Passivo	Nota	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		**562.144**	**536.678**
Contas a pagar		52.553	64.838
Obrigações a pagar	14	20.191	38.865
Impostos e encargos sociais a recolher		5.713	7.366
Encargos trabalhistas		16.354	11.923
Empréstimos e financiamentos	19	2.483	3.234
Impostos e contribuições		7.812	3.450
Débitos de operações com seguros e resseguros		49.103	48.292
Prêmios a restituir		3	3
Operações com seguradoras		94	313
Operações com resseguradoras		42.401	40.726
Corretores de seguros e resseguros		6.576	7.235
Outros débitos operacionais		29	15
Débitos de operações com previdência complementar		31.939	31.698
Débitos de resseguros	15	28.624	26.373
Operações de repasses		335	390
Outros débitos operacionais		2.980	4.935
Depósitos de terceiros		7.716	8.501
Provisões técnicas - seguros	17	322.230	290.762
Danos		129.177	91.670
Pessoas		115.404	123.368
Vida individual		76.627	74.573
Vida com cobertura por sobrevivência		1.022	1.151
Provisões técnicas - previdência complementar	16 (a)	98.603	92.587
Planos bloqueados		759	756
Planos não bloqueados		97.378	90.773
PGBL/PRGP		466	1.058
Não circulante		**798.595**	**756.955**
Contas a pagar		8.380	9.483
Obrigações a pagar	14	300	667
Tributos diferidos	22(b)	5.362	5.097
Empréstimos e financiamentos	19	2.718	3.719
Débitos de operações com previdência complementar		28.843	29.104
Débitos de resseguros	15(a)	28.843	29.104
Provisões técnicas - seguros	17	401.733	361.856
Danos		12.685	11.060
Pessoas		28.479	24.761
Vida individual		130.128	97.953
Vida com cobertura por sobrevivência		230.441	228.082
Provisões técnicas - previdência complementar	16(a)	341.521	329.786
Planos bloqueados		109	52
Planos não bloqueados		165.401	153.773
PGBL/PRGP		176.011	175.961
Outros débitos		18.118	26.726
Provisões judiciais	20	11.629	10.001
Outras Provisões		6.489	16.725
Patrimônio líquido	21	**336.442**	**318.386**
Capital social		130.939	130.939
Reservas de capital		35.815	35.815
Reserva de reavaliação		1.852	1.889
Reservas de lucros		157.923	151.513
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.045)	(1.770)
Lucros acumulados		11.958	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.697.181**	**1.612.019**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de reais

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	6 (a)	376.516	386.676
Contribuições para cobertura de riscos		204.799	184.755
Variação das provisões técnicas de prêmios		(49.487)	(39.318)
Prêmios ganhos		531.828	532.113
Sinistros ocorridos	23 (a)	(168.423)	(186.227)
Custos de aquisição	23 (d)	(81.237)	(75.440)
Outras receitas e despesas operacionais	23 (c)	(1.694)	(817)
Resultado com operações de resseguro	23 (b)	(6.338)	(6.899)
		(257.692)	(269.383)
Rendas de contribuições e prêmios		27.975	27.861
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(23.613)	(25.399)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		4.362	2.462
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		2.203	1.979
Variação de outras provisões técnicas		(16.098)	(8.296)
Custos de aquisição	23 (d)	(62.057)	(69.248)
Outras receitas e despesas operacionais	23 (e)	(6.020)	(7.132)
		(81.972)	(82.697)
Despesas administrativas	23 (f)	(154.073)	(139.589)
Despesas com tributos	23 (g)	(18.940)	(17.137)
Resultado financeiro	23 (h)	16.630	15.370
Resultado patrimonial	23 (i)	1.347	392
		(155.036)	(140.964)
Resultado operacional		41.490	41.531
Perdas com ativos não correntes		(4.959)	(133)
Resultado antes dos impostos e participações		36.531	41.398
Imposto de renda	22 (a)	(7.803)	(8.642)
Contribuição social	22 (a)	(6.349)	(7.109)
Participações sobre o resultado		(10.458)	(8.112)
Lucro líquido do semestre		11.921	17.535
Quantidade de ações		22.656.354	22.656.354
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R$)	21 (d)	0,53	0,80

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	11.921	17.535
Outros resultados abrangentes		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	474	228
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(199)	(91)
Resultado abrangente do semestre	12.196	17.672

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	11.921	17.535
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações	4.577	4.318
Amortizações	7.725	4.611
Resultado de equivalência patrimonial	(1.347)	(392)
IR e CSLL diferidos	5.195	(1.445)
Participação sobre resultado	10.458	8.112
Baixa intangível	17.901	1.942
Perda por redução de valor recuperável de ativos	5.484	(649)
Provisões para contingências	1.912	1.526
Provisão de pro-labore parcerias	13.380	13.515
	77.206	**49.073**
Variações nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(85.848)	(75.284)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(8.144)	(17.531)
Ativos de resseguros	(7.014)	(2.431)
Créditos fiscais e previdenciários	4.016	(1.880)
Depósitos judiciais e fiscais	(499)	(365)
Despesas antecipadas	2.298	(894)
Custo de aquisição diferidos	(2.674)	1.725
Outros ativos	(3.125)	(1.029)
Contas a pagar	(16.358)	4.334
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros	791	(1.109)
Depósito de terceiros	(785)	2.516
Provisões técnicas	89.096	81.463
Provisões para contingências	(284)	(827)
Outras provisões	(23.616)	(13.033)
Caixa gerado pelas operações	**25.060**	**24.728**
Impostos e contribuições sobre o lucros pagos	(4.521)	(16.150)
Pagamentos de juros	482	(730)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.021**	**7.848**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Participação na seguradora Líder DPVAT	(20)	(45)
Aquisição de imobilizado	(2.126)	(5.027)
Aquisição de intangível	(18.008)	(11.674)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(20.154)**	**(16.746)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e/ou leasing	80	6.746
Pagamento de empréstimos e/ou leasing (exceto juros)	(2.314)	440
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	**(2.234)**	**7.186**
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1.367)**	**(1.712)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.197	3.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	830	1.748

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva especial para dividendos	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**119.188**	**35.815**	**1.965**	**7.779**	**26.289**	**108.623**	**(1.720)**	**-**	**297.939**
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(137)	-	(137)
Realização por depreciação	-	-	(38)	-	-	-	-	38	-
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP	11.752	-	-	-	-	(11.752)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	17.535	17.535
Saldo em 30 de junho de 2017	**130.940**	**35.815**	**1.927**	**7.779**	**26.289**	**96.871**	**(1.857)**	**17.573**	**315.337**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**130.939**	**35.815**	**1.889**	**9.124**	**26.289**	**116.100**	**(1.770)**	**-**	**318.386**
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(275)	-	(275)
Realização por depreciação	-	-	(37)	-	-	-	-	37	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	11.921	11.921
Reserva especial para dividendos (Nota 21 (c))	-	-	-	-	6.410	-	-	-	6.410
Saldo em 30 de junho de 2018	**130.939**	**35.815**	**1.852**	**9.124**	**32.699**	**116.100**	**(2.045)**	**11.958**	**336.442**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
Em milhares de reais

1. Informações gerais: A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de Maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para o Sicoob Seguradora, publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 30 de agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os semestres apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Bases de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do semestre. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do semestre conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(i) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta. **(ii) Previdência complementar:** As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). • Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBC): Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada. As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

Produto	Descrição	Taxa de Juros	Taxa de Carregamento	Tábuas	Modalidade
1546	VIDA INTEIRA	0	30	CSO 58	SEGUROS
1581	DIT	0	42	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1753	WHOLE LIFE PLUS	3,5%	10	CSO-80M	SEGUROS
1102	PECÚLIO POR MORTE	0	30	CSO-80M	PREVIDÊNCIA
1108	PECÚLIO POR MORTE	0	30	CSO-58	PREVIDÊNCIA
1103	PECÚLIO POR INVALIDEZ	0	30	ÁLVARO VINDAS	PREVIDÊNCIA
1950	VIDA EM GRUPO - TAXA MÉDIA	0	90	AT-83M	SEGUROS
1517	PENSÃO	4%	30	CSO-80	PREVIDÊNCIA
1589	PECÚLIO POR MORTE	0	5,53	CSO80	PREVIDÊNCIA
1677	PRIVATE SOLUTIONS	3,5%	VARIÁVEL	OUTROS	SEGUROS

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. • Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR): Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxilio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o semestre, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de semestres e exercícios anteriores. **(h) Imóveis destinados à renda:** Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzidos da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação. **(i) Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Sistemas aplicativos	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronave	10 anos

(j) Intangível: O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos. Encontra-se classificado no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia. **(k) Recuperabilidade de ativos financeiros:** Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Se, em semestre subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do semestre / exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinado pela Lei 13.169/15 (a partir de janeiro de 2019 a alíquota retorna à 15%). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(n) Passivos financeiros - financiamentos**: Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. **(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingente, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do semestre como receita financeira. **(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos as ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - TR, IGPM e IPCA) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. O teste de adequação de passivos de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 indicaram que as provisões constituídas nestas datas base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. **(q) Benefícios a empregados: Obrigações de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(r) Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do semestre, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do semestre. **(s) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2018 e 2017 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação. **4. Normas novas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB): IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatibilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência é aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente – a norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes, mas não é aplicável aos prêmios de seguros. As receitas com contratos de seguros são orientadas pelo CPC 11 – Contratos de Seguros. No que não contrarie a circular SUSEP nº 561/2017 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa norma. IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil – Entrará em vigor em 1º de janeiro 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes alugados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento. IFRS 17 – Contrato de Seguros – Essa norma passará a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está iniciando as análises dos impactos da adoção dessa norma.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente: **(a) Provisões técnicas** - **Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados

CONTINUA

e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos semestres anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados:** Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral Aegon Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez. **(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 30 de junho de 2018, a Companhia constituiu provisão de valores recuperáveis para a operação de seguros. Em relação a resseguros, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(g) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada semestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(h) Provisões para contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: (a) Gestão de risco de seguro:** O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto a resseguradores locais (IRB-Brasil Re S.A. e Scor Brasil Resseguros S.A.) e a resseguradores admitidos (Scor Global Life Americas Reinsurance Company e Hannover Rück SE). A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

RESSEGURADORES POR CATEGORIA DE RISCO

NOME RESSEGURADOR	TIPO DE ATUAÇÃO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Standard & Poor's	BBB
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A. M. Best Company	A+
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	Standard & Poor's / FITCH	AA-
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	A. M. Best Company	A+
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	Standard & Poor's / FITCH	AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

	30 de junho de 2018			30 de junho de 2017		
Ramo	Prêmios Emitidos Líquidos	índice de Sinistra-lidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	índice de Sinistra-lidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos	41.625	21,42%	17,78%	48.867	23,85%	16,39%
Acidentes pessoais individuais	12.675	15,38%	17,78%	9.992	16,38%	16,39%
Auxilio funeral	9.987	13,90%	17,78%	10.127	12,18%	16,39%
Doenças graves ou doença terminal	11.907	10,34%	17,78%	7.016	18,12%	16,39%
DPVAT	21.359	81,02%	1,20%	22.057	84,13%	1,18%
Perda de certificado de habilitação de voo	1.906	35,70%	17,78%	2.063	110,45%	16,39%
Dotal misto	21.261	0,00%	17,78%	31.674	0,00%	16,39%
Prestamista	4.962	24,26%	17,78%	31.044	43,03%	16,39%
Renda de eventos aleatórios	68.346	26,73%	17,78%	62.942	27,25%	16,39%
Seguro de vida produtor rural	(2)	0,00%	0,00%	7.077	52,96%	16,39%
Vida em grupo	40.681	61,72%	17,78%	50.882	50,71%	16,39%
Vida individual	141.809	14,43%	17,78%	102.935	19,23%	16,39%
	376.516			386.676		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro — 30 de junho de 2018

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.882	3.760	1.070	30.252	4.661	41.625
Acidentes pessoais Individuais	1.261	1.065	263	8.251	1.835	12.675
Auxilio Funeral	542	505	99	7.801	1.040	9.987
Doenças Graves Ou Doença Terminal -	1.035	1.460	725	7.520	1.167	11.907
DPVAT	1.731	3.739	1.006	10.703	4.180	21.359
Perda de Certificado de Habilitação de Vôo	19	11	5	1.851	20	1.906
Dotal Misto	2.158	2.449	419	11.514	4.721	21.261
Prestamista	4	50	-	4.882	26	4.962
Renda de eventos aleatórios	5.408	13.876	3.723	34.924	10.415	68.346
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	- 2	-	- 2
Vida em Grupo	1.517	1.873	515	29.796	6.980	40.681
Vida Individual	14.131	10.682	2.369	94.495	20.132	141.809
Total	29.688	39.470	10.194	241.987	55.177	376.516

Distribuição de prêmio líquido de resseguro — 30 de junho de 2018

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.840	3.675	1.046	29.571	4.556	40.688
Acidentes pessoais Individuais	1.146	968	239	7.496	1.667	11.516
Auxilio Funeral	542	505	99	7.801	1.040	9.987
Doenças Graves Ou Doença Terminal -	721	1.017	506	5.236	813	8.293
DPVAT	1.731	3.739	1.006	10.703	4.180	21.359
Perda de Certificado de Habilitação de Vôo	15	9	4	1.496	16	1.540
Dotal Misto	2.158	2.449	419	11.514	4.721	21.261
Prestamista	4	47	-	4.545	24	4.620
Renda de eventos aleatórios	4.158	10.669	2.863	26.854	8.008	52.552
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	- 11	-	- 11
Vida em Grupo	1.455	1.796	494	28.574	6.694	39.013
Vida Individual	13.640	10.311	2.287	91.213	19.432	136.883
Total	27.410	35.185	8.963	224.992	51.151	347.701

Distribuição de prêmio bruto de resseguro — 30 de junho de 2017

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.694	3.664	1.011	38.140	4.358	48.867
Acidentes pessoais Individuais	1.098	875	241	6.230	1.548	9.992
Auxilio Funeral	462	455	93	8.170	947	10.127
Doenças Graves Ou Doença Terminal -	544	821	433	4.610	608	7.016
DPVAT	1.778	3.732	1.063	11.042	4.442	22.057
Perda de Certificado de Habilitação de Vôo	10	11	3	2.024	15	2.063
Dotal Misto	3.184	2.937	547	18.834	6.172	31.674
Prestamista	4	52	22	30.944	22	31.044
Renda de eventos aleatórios	4.875	12.814	3.313	31.960	9.980	62.942
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	7.077	-	7.077
Vida em Grupo	1.322	2.186	559	40.031	6.784	50.882
Vida Individual	11.564	9.029	1.592	66.049	14.701	102.935
Total	26.535	36.576	8.877	265.111	49.577	386.676

Distribuição de prêmio líquido de resseguro — 30 de junho de 2017

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.668	3.608	996	37.562	4.293	48.127
Acidentes pessoais Individuais	1.007	802	221	5.711	1.419	9.160
Auxilio Funeral	462	455	93	8.171	948	10.129
Doenças Graves Ou Doença Terminal -	379	572	301	3.209	423	4.884
DPVAT	1.778	3.732	1.063	11.042	4.441	22.056
Perda de Certificado de Habilitação de Vôo	8	9	2	1.602	11	1.632
Dotal Misto	3.184	2.937	547	18.834	6.171	31.673
Prestamista	4	52	22	30.462	22	30.562
Renda de eventos aleatórios	3.675	9.659	2.497	24.093	7.523	47.447
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	6.917	-	6.917
Vida em Grupo	1.283	2.122	543	38.860	6.587	49.395
Vida Individual	11.104	8.670	1.529	63.424	14.116	98.843
Total	24.552	32.618	7.814	249.887	45.954	360.825

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015. A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo. A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões. O impacto da sinistralidade em 30 de junho de 2018 foi testado através do aumento e redução de premissas relevantes, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Seguros

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 1,00%	(787)	(6,60)	(0,23)
Sinistralidade	Redução de 1,00%	787	6,60	0,23

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 1,00%	(590)	(4,95)	(0,18)
Sinistralidade	Redução de 1,00%	590	4,95	0,18

Previdência

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 10,65%	(6.282)	(52,70)	(1,87)
Sinistralidade	Redução de 10,65%	6.282	52,70	1,87

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 10,65%	(4.692)	(39,36)	(1,39)
Sinistralidade	Redução de 10,65%	4.692	39,36	1,39

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 1% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou, de forma relevante, o passivo, o resultado e o patrimônio líquido do semestre. **(b) Risco de mercado:** Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros. Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora, investimentos pré-fixados e indexados aos índices de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MtM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado. As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, são: o Value at Risk (VaR), que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Segurada bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo	Aumento de 1% na taxa	Queda de 1% na taxa
PRÉ	323	(323)
CDI	28	(28)
IPCA	(7.898)	7.898

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:* Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Emissor	Rating	Agência	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
AES Tietê	Aa1.br	Moody's	-	4.274
Algar Telecom	brAAA	S&P	5.919	5.730
Arteris	brAAA	S&P	566	535
Banco ABC	AAA(bra)	Fitch	7.759	5.522
Banco Alfa	AA(bra)	Fitch	7.826	8.043
Banco BBM	Aaa.br	Moody's	2.615	2.833
Banco Bradesco	AAA(bra)	Fitch	147	3.299
Banco Daycoval	brAA+	S&P	2.743	3.101
Banco do Brasil	AA(bra)	Fitch	3.356	4.311
Banco Fidis	AA-(bra)	Fitch	819	674
Banco Industrial	AA-(bra)	Fitch	7.559	6.382
Banco Itaú	Aaa.br	Moody's	1.503	6.576
Banco Paraná	brAA+	S&P	5.994	4.777
Banco RCI Brasil	Aaa.br	Moody's	4.040	19
Banco Safra	Aaa.br	Moody's	2.695	6.640
Banco Santander	brAAA	S&P	2.308	2.434
Banco Toyota	brAAA	S&P	-	18
Bancoob	AA-(bra)	Fitch	13.459	13.164
BM&F Bovespa	Aaa.br	Moody's	1.589	1.532
Bradespar	AAA(bra)	Fitch	121	313
Caixa	AA(bra)	Fitch	31	4.790
CCR	AA(bra)	Fitch	3.163	3.747
Cemig Dist	B2.br	Moody's	106	707
Cemig Ger E Trans	B2.br	Moody's	42	83
Cia Paulista Sec	brAA-	S&P	8	3
Cielo	AAA(bra)	Fitch	-	939
Comgás	Aaa.br	Moody's	945	946
Copel	AA-(bra)	Fitch	1.437	2.262
CPFL Geração	Aaa.br	Moody's	5.171	-
Ecorodovias	A2.br	Moody's	835	812
Estácio	brAAA	S&P	629	821
Intervias	Aa2.br	Moody's	-	479
Iochpe Maxion	brAAA	S&P	4.944	-
Itausa	A1.br	Moody's	1.017	1.017
Light	A+(bra)	Fitch	49	-
Localiza	Aa1.br	Moody's	3.290	3.887
Lojas Americanas	AA(bra)	Fitch	7.131	6.652
Movida	A+(bra)	Fitch	5.213	-
MRS	brAAA	S&P	4.771	4.610
MRV	AA-(bra)	Fitch	112	30
Multiplan	AAA(bra)	Fitch	2.705	2.681
Natura	AA(bra)	Fitch	3.432	3.345
Petrobras	brAAA	S&P	634	291
Renner	brAAA	S&P	-	546
RGE - CPFL	brAAA	S&P	1.062	1.042
Sabesp	brAAA	S&P	2.041	1.039
Sanepar	AA(bra)	Fitch	5.395	5.305
Somos Educação	AA-(bra)	Fitch	4.865	1.674
Sonae Sierra Brasil	AA+(bra)	Fitch	754	709
Telefônica	Aaa.br	Moody's	-	1.705
Trans Aliança	Aaa.br	Moody's	4.322	-
Unidas	AA(bra)	Fitch	1.330	1.299
			136.454	131.598

(d) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

Seguros	30 de junho de 2018		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	473	-	473
Aplicações	331.578	246.001	577.579
Aplicações DPVAT	141.975	-	141.975
Créditos das operações com seguros e resseguros	82.840	-	82.840
Ativos de resseguros - provisões técnicas	28.156	9.866	38.022
Títulos e créditos a receber	11.996	35.453	47.449
Outros ativos	1.040	-	1.040
Empréstimos e depósitos compulsórios	613	89	702
Total ativo	**598.671**	**291.409**	**890.080**

CONTINUA

Seguros			30 de junho de 2018
Passivo			
Contas a pagar	29.955	4.777	34.732
Provisões técnicas - seguros	193.053	389.048	582.101
Provisões técnicas - DPVAT	129.177	12.685	141.862
Débitos das operações com seguros	49.103	-	49.103
Depósitos de terceiros	2.025	-	2.025
Total passivo	**403.313**	**406.510**	**809.823**

Previdência			30 de junho de 2018
	Até 1 ano	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativo			
Caixa e bancos	357	-	357
Aplicações	250.137	185.580	435.717
Créditos das operações com previdência complementar	57.815	-	57.815
Ativos de resseguros - provisões técnicas	20.271	2.869	23.140
Títulos e créditos a receber	9.049	26.746	35.795
Outros ativos	784	-	784
Empréstimos e depósitos compulsórios	462	67	529
Total ativo	**338.875**	**215.262**	**554.137**
Passivo			
Contas a pagar	22.598	3.603	26.201
Provisões técnicas - previdência	98.603	341.521	440.124
Débitos das operações com previdência	31.939	28.843	60.782
Depósitos de terceiros	5.691	-	5.691
Total passivo	**158.831**	**373.967**	**532.798**

Seguros			31 de dezembro de 2017
	Até 1 ano	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativo			
Caixa e bancos	1.230	-	1.230
Aplicações	318.495	222.929	541.424
Aplicações DPVAT	102.868	-	102.868
Créditos das operações com seguros e resseguros	78.356	-	78.356
Ativos de resseguros - provisões técnicas	26.148	10.035	36.183
Títulos e créditos a receber	10.261	37.201	47.462
Outros ativos	879	18	897
Empréstimos e depósitos compulsórios	376	110	486
Total ativo	**538.613**	**270.293**	808.906
Passivo			
Contas a pagar	36.309	5.310	41.619
Provisões técnicas - seguros	199.092	350.796	549.888
Provisões técnicas - DPVAT	91.670	11.060	102.730
Débitos das operações com seguros	48.292	-	48.292
Depósitos de terceiros	2.346	-	2.346
Total passivo	377.709	367.166	744.875

Previdência			31 de dezembro de 2017
	Até 1 ano	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativo			
Caixa e bancos	967	-	967
Aplicações	250.247	175.159	425.406
Créditos das operações com previdência complementar	59.639	-	59.639
Ativos de resseguros - provisões técnicas	15.183	2.782	17.965
Títulos e créditos a receber	8.062	29.229	37.291
Outros ativos	691	14	705
Empréstimos e depósitos compulsórios	295	87	382
Total ativo	**335.084**	**207.271**	**542.355**
Passivo			
Contas a pagar	28.529	4.173	32.702
Provisões técnicas - previdência	92.587	329.786	422.373
Débitos das operações com previdência	31.698	29.104	60.802
Depósitos de terceiros	6.155	-	6.155
Total passivo	**158.969**	**363.063**	**522.032**

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30 de junho de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativo Financeiros	**323.631**	**327.206**	**830**	**651.666**	**299.869**	**322.923**	**2.197**	**624.989**
Caixa e bancos	**-**	-	830	830	**-**	-	2.197	2.197
Aplicações financeiras	323.631	327.205	-	650.835	298.521	322.923	-	621.444
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	322.758	327.205	-	649.963	297.173	322.923	-	620.096
Recibo de depósitos bancários	-	13.459	-	13.459	-	13.164	-	13.164
Letras financeiras do tesouro	958	-	-	958	1.021	-	-	1.021
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	141.975	-	-	141.975	102.868	-	-	102.868
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	78.081	-	-	78.081	68.526	-	-	68.526
Quotas de fundos de investimentos multimercado	71.541	-	-	71.541	78.411	-	-	78.411
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	9.295	-	-	9.295	9.367	-	-	9.367
Fundos Especialmente Constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	2.035	-	-	2.035
Letras do tesouro nacional	2.114	-	-	2.114	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional série - B	12.610	-	-	12.610	18.290	-	-	18.290
Notas do tesouro nacional série - F	-	-	-	-	7.066	-	-	7.066
Operação compromissada	6.339	-	-	6.339	9.772	-	-	9.772
Outros	(155)	-	-	(155)	(183)	-	-	(183)
Quotas de fundos de investimento	-	312.569	-	312.569	-	308.305	-	308.305
Outras aplicações	-	1.177	-	1.177	-	1.454	-	1.454
Títulos disponíveis para venda	**873**	**-**	**-**	**873**	**1.348**	**-**	**-**	**1.348**
Ações de companhias de capital aberto	873	-	-	873	1.348	-	-	1.348

7. Aplicações financeiras: (a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

							30 de junho de 2018	
	Sem vencimento	**Até 1 mês**	**De 2 a 12 meses**	**De 13 a 24 meses**	**De 25 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	**614.483**	**13.459**	**7.519**	**-**	**7.941**	**6.561**	**649.963**	**649.963**
Recibo de depósitos bancários	-	13.459	-	-	-	-	13.459	13.459
Letras financeira do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	78.081	-	-	-	-	-	78.081	78.081
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	141.975	-	-	-	-	-	141.975	141.975
Quotas de fundos de investimentos multimercado	71.541	-	-	-	-	-	71.541	71.541
Quotas de fundos de Investimentos de renda variável	9.295	-	-	-	-	-	9.295	9.295
Fundos especialmente constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	958	-	958	958
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.114	-	2.114	2.114
Notas do tesouro nacional serie B	-	-	7.519	-	4.869	222	12.610	12.610
Notas do tesouro nacional serie F	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação compromissada	-	-	-	-	-	6.339	6.339	6.339
Outros (contas a pagar)	(155)	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Quotas de fundos de investimento	312.569	-	-	-	-	-	312.569	312.569
Outras aplicações	1.177	-	-	-	-	-	1.177	1.177
Títulos disponíveis para venda	**873**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**873**	**873**
Ações de companhias de capital aberto	873	-	-	-	-	-	873	873
Títulos mantidos até o vencimento	**-**	**29.987**	**42.867**	**20.582**	**111.617**	**299.382**	**504.435**	**524.863**
Fundos especialmente constituídos:								
Letras do Tesouro Nacional	-	29.987	9.721	20.582	-	-	60.290	60.186
Notas do tesouro nacional série B	-	-	33.146	-	104.137	185.499	322.782	324.543
Notas do tesouro nacional serie C	-	-	-	-	7.480	113.883	121.363	140.134
Total geral	**615.356**	**43.446**	**50.386**	**20.582**	**119.558**	**305.943**	**1.155.271**	**1.175.699**

							31 de dezembro de 2017	
	Sem vencimento	**Até 1 mês**	**De 2 a 12 meses**	**De 13 a 24 meses**	**De 25 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	**568.748**	**13.164**	**7.407**	**6**	**12.860**	**17.911**	**620.096**	**620.096**
Recibo de depósitos bancários	-	13.164	-	-	-	-	13.164	13.164
Letras financeira do tesouro	-	-	-	-	1.021	-	1.021	1.021
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	68.526	-	-	-	-	-	68.526	68.526
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	102.868	-	-	-	-	-	102.868	102.868
Quotas de fundos de investimentos multimercado	78.411	-	-	-	-	-	78.411	78.411
Quotas de fundos de Investimentos de renda variável	9.367	-	-	-	-	-	9.367	9.367
Fundos especialmente constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.035	-	2.035	2.035
Notas do tesouro nacional serie B	-	-	7.407	6	9.804	1.073	18.290	18.290
Notas do tesouro nacional serie F	-	-	-	-	-	7.066	7.066	7.066
Operação compromissada	-	-	-	-	-	9.772	9.772	9.772
Outros (contas a pagar)	(183)	-	-	-	-	-	(183)	(183)
Quotas de fundos de investimento	308.305	-	-	-	-	-	308.305	308.305
Outras aplicações	1.454	-	-	-	-	-	1.454	1.454
Títulos disponíveis para venda	**1.348**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.348**	**1.348**
Ações de companhias de capital aberto	1.348	-	-	-	-	-	1.348	1.348
Títulos mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**50.166**	**25.089**	**82.682**	**290.317**	**448.254**	**483.345**
Fundos especialmente constituídos:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	37.618	5.220	-	-	42.838	43.842
Notas do tesouro nacional série B	-	-	12.548	19.869	75.659	181.455	289.531	304.383
Notas do tesouro nacional serie C	-	-	-	-	7.023	108.862	115.885	135.120
Total geral	**570.096**	**13.164**	**57.573**	**25.095**	**95.542**	**308.228**	**1.069.698**	**1.104.789**

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa. Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Em 30 de junho de 2018, a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria. Não ocorreram movimentações de classificação de títulos entre as categorias. **(b) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI). Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	Objetivo
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2018	0	R$ 100	0	348	*Hedge*
IND	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/02/2018	0	R$ 100	0	30	*Hedge*
ISP	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/03/2018	0	R$ 100	0	10	*Hedge*
IND	Comprado	Depósito interfinanceiro	15/08/2018	40	R$ 100	40	0	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	0	R$ 100	0	63	*Hedge*
DAP	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/05/2019	0	R$ 100	0	5	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/07/2019	0	R$ 100	0	21	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	0	R$ 100	0	5	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	25	R$ 100	25	2	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/07/2020	0	R$ 100	0	25	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/07/2020	0	R$ 100	0	195	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	0	R$ 100	0	39	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/04/2021	17	R$ 100	17	0	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/01/2022	0	R$ 100	0	3	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/03/2022	14	R$ 100	14	0	*Hedge*
DAP	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/08/2022	0	R$ 100	0	8	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2023	0	R$ 100	0	3	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/02/2023	2	R$ 100	2	0	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/02/2023	2	R$ 100	2	0	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2024	0	R$ 100	0	3	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2025	0	R$ 100	0	4	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2026	0	R$ 100	0	3	*Hedge*
DAP	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/08/2026	0	R$ 100	0	10	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2027	0	R$ 100	0	115	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2027	0	R$ 100	0	16	*Hedge*

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição. Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado *(V@R, Tracking Error e Testes de stress),* estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon. **(c) Movimentação das aplicações financeiras:** A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados - Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Títulos Públicos - Fixo e Variável		Outras Aplicações		Total	
	30 de junho de 2018	**31 de dezembro de 2017**	**30 de junho de 2018**	**31 de dezembro de 2017**	**30 de junho de 2018**	**31 de dezembro de 2017**	**30 de junho de 2018**	**31 de dezembro de 2017**	**30 de junho de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
Saldo Inicial	14.912	13.531	1.052.655	945.298	1.021	-	1.110	1.153	1.069.698	959.982
Aplicações	32.811	64.144	244.205	497.360	-	3.578	3.037	5.366	280.053	570.448
Resgates	(33.261)	(63.879)	(200.324)	(481.976)	(92)	(2.639)	(3.166)	(5.429)	(236.843)	(553.923)
Rendimentos	(60)	1.116	42.390	91.973	29	82	4	20	42.363	93.191
Saldo Final	**14.402**	**14.912**	**1.138.926**	**1.052.655**	**958**	**1.021**	**985**	**1.110**	**1.155.271**	**1.069.698**

8. Garantia das provisões técnicas: O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisões técnicas - seguros e previdência	1.164.087	1.074.991
Ativos redutores da necessidade de cobertura		
Provisões técnicas - resseguros	(56.028)	(49.147)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(2.963)	(3.806)
Direitos creditórios	(22.857)	(21.358)
Provisões técnicas - PGBL e VGBL	(312.569)	(308.305)
DPVAT	(141.862)	(102.730)
Depósitos judiciais	(3.175)	(2.541)
Total das reduções	(539.454)	(487.887)
Provisões técnicas para cobertura (líquido)	624.633	587.104
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	158.779	156.274
Quotas de fundos especialmente constituídos	525.347	485.234
Imóveis	-	-
Recibo de depósitos bancários	13.459	13.164
Ações de companhias de capital aberto	873	1.348
	698.458	656.020
Suficiência	73.825	68.916
Capital de risco de mercado sem vigências não registradas dos fluxos	155.412	150.652
20% CMR_F	31.082	30.130
Liquidez	42.743	38.786

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

Composição dos créditos das operações com seguros	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Prêmios a receber de segurados – emitidos	48.801	43.190
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro	61	61
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	5.643	7.104
Total	54.505	50.355
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(22.523)	(19.235)
Total	31.982	31.120

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	13.600	12.576
De 1 a 30 dias	13.112	12.457
De 31 a 60 dias	362	101
De 61 a 365 dias	126	18
Vencidos	35.201	30.614
De 1 a 30 dias	10.301	8.984
De 31 a 60 dias	3.551	4.063
De 61 a 365 dias	17.444	14.222
Superior a 365 dias	3.905	3.345
Prêmios pendentes no final do semestre	48.801	43.190

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.235)
Constituições	(20.668)
Valores revertidos ou baixados	17.380
Saldo em 30 de junho de 2018	(22.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.703)
Constituições	(34.331)
Valores revertidos ou baixados	28.799
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.235)

(b) Valores a receber previdência complementar

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a receber - emitidos	57.195	54.930
Valores a receber - não emitidos	5.058	4.849
Total	62.253	59.779
Redução ao valor recuperável:		
(-) Redução ao valor recuperável	(15.222)	(13.026)
Total	47.031	46.753

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de valores a receber		
A vencer	37.863	34.248
De 1 a 30 dias	28.141	26.803
De 31 a 60 dias	6.798	5.558
De 61 a 365 dias	2.924	1.887
Vencidos	19.332	20.682
De 1 a 30 dias	8.734	8.620
De 31 a 60 dias	2.747	3.571
De 61 a 365 dias	7.721	8.436
Superior a 365 dias	130	55
Prêmios pendentes no final do semestre	57.195	54.930

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(13.026)
Constituições	(15.995)
Valores revertidos ou baixados	13.799
Saldo em 30 de junho de 2018	(15.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.354)
Constituições	(25.277)
Valores revertidos ou baixados	25.605
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(13.026)

CONTINUA

(c) Operações com resseguradoras

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Comissão	20.700	21.160
Custos	2.504	2.910
Pro Labore	40	-1.978
Sinistros	16.017	17.116
Crédito das operações seguros	39.261	39.208
Comissão	2	10
Pro Labore	2.838	5.797
Sinistros	6.733	5.434
Créditos das operações previdência	9.573	11.241

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos. Em 30 de junho de 2018, não foi identificado necessidade de constituição de provisão de valor recuperável considerando o histórico de recebimentos da operação de resseguro.

10 . Imóveis destinados a renda: Em 30 de junho de 2018, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.590	265	16.855	25.346

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28 - Propriedade para investimento.

11. Participações societárias: (a) Movimentação dos investimentos

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Posição Inicial	**22.156**	**20.516**
Aumento de capital	-	-
Lucro por equivalência Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	1.347	2.127
Aumento participação Seguradora Líder - DPVAT	20	45
Dividendos a receber	532	- 532
Posição final	**24.055**	**22.156**

Em 27 de abril de 2016, a companhia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A depositou no Banco do Brasil o valor de R$ 20.000 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("SICOOB") conforme orientação da SUSEP. Em outubro de 2016 foi autorizado o início das operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. O valor depositado para constituição foi incorporado ao patrimônio da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social. A SICOOB cujo patrimônio líquido é de R$ 57.930 auferiu um resultado de R$ 6.733 no semestre findo em 30 de junho de 2018, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R$ 1.347 para a Mongeral. Em 30 de junho de 2018, o saldo da conta de participação societária é composto por SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R$ 23.586 (R$ 21.707 em 31 de dezembro de 2017), e Seguradora Líder – DPVAT no valor de R$ 469 (R$ 449 em 31 de dezembro de 2017). Em Assembleia geral ordinária dos acionistas do Sicoob realizada em 29 de março de 2018, foi deliberado a destinação dos lucros que definiu a constituição da reserva especial para dividendo mínimo obrigatório e retenção de lucros, definindo que não seriam distribuídos dividendos aos acionistas. Logo, foi realizado o estorno da provisão de R$ 532 mil de dividendos a receber da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A..

(b) Participação societária

			30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017		
Nome	**País**	**Negócio**	**Relacionamento**	**Participação**	**Nº de ações**
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	20.000
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	1%	236

A SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. é uma sociedade de capital fechado, cujo controle será exercido de forma compartilhada pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A e pelo BANCOOB Participações em Seguridade S.A ("BANCOOB"), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% BANCOOB), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo BANCOOB. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% BANCOOB).

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Depreciações	30 de junho de 2018
Terreno para uso próprio		777	-	-	777
Edificações	4%	20.309	351	(536)	20.124
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	11.437	898	(2.252)	10.083
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.788	456	(644)	8.600
Veículos	5%	97	2	(23)	76
Outras imobilizações (*)	10%	17.143	419	(1.122)	16.440
Total		58.551	2.126	(4.577)	56.100

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2016	Aquisições	Depreciações	31 de dezembro de 2017
Terreno para uso próprio		777	-	-	777
Edificações	4%	20.382	967	(1.040)	20.309
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	13.374	2.526	(4.463)	11.437
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.623	1.561	(1.396)	8.788
Veículos	5%	138	1	(42)	97
Outras imobilizações (*)	10%	15.332	3.849	(2.038)	17.143
Total		58.626	8.904	(8.979)	58.551

(*) Refere-se principalmente a aquisição de aeronave no valor de R$ 4.338 em 2016.

13. Intangível

	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Amortizações	30 de junho de 2018
Desenvolvimento de software (1)	93.652	18.008	(17.901)	(7.725)	86.034
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	93.709	18.008	(17.901)	(7.725)	86.091

	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Amortizações	31 de dezembro de 2017
Desenvolvimento de software (2)	101.681	20.980	(22.788)	(6.221)	93.652
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	101.738	20.980	(22.788)	(6.221)	93.709

(1) Em 2018, a companhia baixou R$ 4.876 de intangíveis, líquidos de amortização, registrados na conta de perdas com ativos não correntes na demonstração do resultado. (2) No segundo semestre de 2017, a Companhia baixou R$ 17.430 de intangíveis, líquidos de amortização, registrados na conta de perdas com ativos não correntes na demonstração do resultado.

14. Obrigações a pagar

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Fornecedores	7.099	9.493
Participação nos lucros a pagar	8.871	18.864
Dividendos a pagar	-	6.410
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	14	-
Outras obrigações a pagar	4.207	4.098
	20.191	38.865
Não circulante		
Outras obrigações a pagar	300	667
	300	667
Total	20.491	39.532

15. Débitos de operações com previdência complementar: (a) Operações de Resseguros: Em 2 de fevereiro de 2016, a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A firmou contrato de resseguro financeiro com o IRB – Brasil Resseguros SA pelo prazo de 10 anos, recebendo antecipadamente a título de comissão de resseguro o montante de R$ 40.000, que é amortizado conforme performance do contrato. O saldo de débitos de resseguros no semestre é de R$ 57.467 (em 31 de dezembro de 2017 - R$ 55.477) no circulante e não circulante.

16. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

Circulante	31 de dezembro de 2017	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2018
Provisão de sinistros a liquidar	37.552	857.265	(854.360)	617	41.074
Provisão de prêmios não ganhos	20.324	230.101	(228.867)	-	21.558
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	28.685	2.461	(508)	-	30.638
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.157	11.636	(12.117)	-	3.676
Provisão de despesas administrativas	1.869	286	(498)	-	1.657
Total	**92.587**	**1.101.749**	**(1.096.349)**	**617**	**98.603**

Não circulante	31 de dezembro de 2017	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2018
Provisão matemática de benefícios concedidos	101.764	70.311	(59.851)	-	112.224
Provisão matemática de benefícios a conceder	228.002	36.393	(42.460)	7.642	229.277
Provisão de excedente financeiro	17	-	(1)	-	16
Outras provisões	3	1	-	-	4
Total	**329.786**	**106.705**	**(102.612)**	**7.642**	**341.521**

Circulante	31 de dezembro de 2016	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
Provisão de sinistros a liquidar	31.132	1.459.536	(1.454.933)	1.817	37.552
Provisão de prêmios não ganhos	20.747	477.841	(478.264)	-	20.324
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	28.325	4.234	(3.874)	-	28.685
Provisão de resgates ou valores a regularizar	3.523	150.996	(150.362)	-	4.157
Provisão de despesas administrativas	1.821	848	(800)	-	1.869
Total	**85.548**	**2.093.455**	**(2.088.233)**	**1.817**	**92.587**

Não circulante	31 de dezembro de 2016	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
Provisão matemática de benefícios concedidos	115.318	150.101	(163.655)	-	101.764
Provisão matemática de benefícios a conceder	205.695	94.633	(90.579)	18.253	228.002
Provisão de excedente financeiro	21	7	(11)	-	17
Outras provisões	6	2	(5)	-	3
Total	**321.040**	**244.743**	**(254.250)**	**18.253**	**329.786**

(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do exercício	**15.749**	**13.423**
Constituições	757	9.285
Apropriações	(3.523)	(6.959)
Saldo no final do exercício	**12.983**	**15.749**
Circulante	5.814	6.493
Não Circulante	7.169	9.256

17. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos – seguros

(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	2.295	2.282	75	49	2.220	2.233
Sinistros a liquidar	14.788	13.766	385	460	14.403	13.306
Sinistros ocorridos e não avisados	12.250	12.949	2.845	3.007	9.405	9.942
Provisão de despesas relacionadas	104	142	-	-	104	142
	29.437	29.139	3.305	3.516	26.132	25.623
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	4.210	4.743	92	70	4.118	4.673
Sinistros a liquidar	23.346	22.774	456	140	22.890	22.634
Sinistros ocorridos e não avisados	12.425	13.259	2.884	3.079	9.541	10.180
Provisão de despesas relacionadas	197	276	-	-	197	276
	40.178	41.052	3.432	3.289	36.746	37.763
DPVAT						
Sinistros a liquidar	15.603	13.433	-	-	15.603	13.433
Sinistros ocorridos e não avisados	124.723	88.724	-	-	124.723	88.724
Provisão de despesas relacionadas	1.536	573	-	-	1.536	573
	141.862	102.730	-	-	141.862	102.730
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	6.294	5.954	1.290	1.436	5.004	4.518
Sinistros a liquidar	11.586	12.492	5.629	6.122	5.957	6.370
Sinistros ocorridos e não avisados	17.817	16.923	4.137	3.930	13.680	12.993
Provisão de despesas relacionadas	232	261	-	-	232	261
	35.929	35.630	11.056	11.488	24.873	24.142
Perda certificado de habilitação de voo						
Provisões de prêmios não ganhos	70	67	12	12	58	55
Sinistros a liquidar	1.623	1.847	435	454	1.188	1.393
Sinistros ocorridos e não avisados	521	510	121	118	400	392
Provisão de despesas relacionadas	4	5	0	-	4	5
	2.218	2.429	568	584	1.650	1.845
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	1.118	977	139	122	979	855
Sinistros a liquidar	6.667	6.212	2.372	2.259	4.295	3.953
Sinistros ocorridos e não avisados	2.863	2.595	665	603	2.198	1.992
Provisão despesas relacionadas	27	40	-	-	27	40
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.896	1.053	-	-	1.896	1.053
Provisão de Excedente Financeiro	3	4	-	-	3	4
Provisão de resgates e outros valore a regularizar	22	18	-	-	22	18
	12.596	10.899	3.176	2.984	9.420	7.915
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBL						
Provisão matemática de benefícios a conceder	136.558	132.344	-	-	136.558	132.444
Provisão de despesas relacionadas	64	47	-	-	64	47
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	697	650	-	-	697	650
	137.319	133.041	-	-	137.319	133.041
Vida individual						
Provisão de prêmios não ganhos	5.934	5.454	507	448	5.427	5.006
Sinistros ocorridos e não avisados	17.741	14.350	4.813	4.017	12.928	10.333
Sinistros a liquidar	28.148	26.080	8.846	7.890	19.302	18.190
Provisão matemática de benefícios a conceder	128.797	96.602	-	-	128.797	96.602
Provisão de excedente financeiro	1.331	1.349	-	-	1.331	1.349
Provisão de despesas relacionadas	219	356	-	-	219	356
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	3.133	3.477	-	-	3.133	3.477
	185.303	147.668	14.166	12.355	171.137	135.313
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	2.272	3.259	5	26	2.267	3.233
Sinistros a liquidar	7.116	8.474	372	398	6.744	8.076
Sinistros ocorridos e não avisados	3.710	6.665	31	56	3.679	6.609
Provisão despesas relacionadas	106	165	-	-	106	165
	13.204	18.563	408	480	12.796	18.083
Dotal misto						
Sinistro a liquidar	230	472	30	37	200	435
Sinistros ocorridos e não avisados	288	363	48	60	240	303
Provisão matemática de benefícios a conceder	93.883	95.738	-	-	93.883	95.738
Provisão de excedente financeiro	-	2	-	-	-	2
Provisão para despesas relacionadas	31	52	-	-	31	52
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	21.164	24.423	-	-	21.164	24.423
	115.596	121.050	78	97	115.518	120.953
Auxilio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	957	1.139	-	-	957	1.139
Sinistros a liquidar	1.071	925	2	2	1.069	923
Sinistros ocorridos e não avisados	1.162	1.125	-	-	1.162	1.125
Provisão de despesas relacionadas	55	77	-	-	55	77
Provisão matemática de benefícios a conceder	285	141	-	-	285	141
	3.530	3.407	2	2	3.528	3.405
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	1.250	977	388	308	862	669
Sinistros a liquidar	1.415	1.264	803	572	612	692
Sinistros ocorridos e não avisados	2.681	2.047	622	475	2.059	1.572
Provisão de despesas relacionadas	19	19	-	-	19	19
	5.365	4.307	1.813	1.355	3.552	2.952
Prestamista Rural						
Provisões de prêmios não ganhos	20	33	8	13	12	20
Sinistros a liquidar	573	938	3	5	570	933
Sinistros ocorridos e não avisados	822	1.709	7	15	815	1.694
Provisão de despesas relacionadas	11	23	-	-	11	23
	1.426	2.703	18	33	1.408	2.670
Total	723.963	652.618	38.022	36.183	685.941	616.435
Circulante	322.230	290.762	28.156	26.148	294.074	264.614
Não circulante	401.733	361.856	9.866	10.035	391.867	351.821

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

Provisão bruta	31 de dezembro de 2017	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2018
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	24.884	1.827	(2.291)	-	24.420
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	2.036	669	(100)	-	2.605
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	108.677	174.120	(171.186)	555	112.166
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	161.219	35.887	(103)	-	197.003
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	325.880	46.739	(22.645)	11.445	361.419
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.355	-	(54)	33	1.334
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	28.567	-	(3.551)	-	25.016
	652.618	259.242	(199.930)	12.033	723.963

Provisão bruta	31 de dezembro de 2016	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	75.541	4.383	(55.040)	-	24.884
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	1.790	743	(497)	-	2.036
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	102.674	332.502	(327.996)	1.497	108.677
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	125.582	35.637	-	-	161.219
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	247.992	99.771	(42.892)	21.009	325.880
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.414	36	(139)	44	1.355
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	20.621	13.022	(5.076)	-	28.567
	575.614	486.094	(431.640)	22.550	652.618

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do semestre	41.183	47.472
Constituições	21.429	57.941
Apropriações	(15.989)	(64.230)
Saldo no final do semestre	**46.623**	**41.183**
Circulante	22.951	21.861
Não Circulante	23.672	19.322

CONTINUA

18. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros: A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue: A primeira tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda mostra o desenvolvimento dos pagamentos.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm + jud) - pecúlio Prev e VI

Ano de ocorrência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa no ano	54.528	70.209	76.266	87.430	93.373	97.928	128.724	132.819	73.320	
Estimativa um ano após	53.212	68.254	72.123	85.429	86.394	93.265	122.212	124.629		
Estimativa dois anos após	54.271	67.956	72.494	86.597	87.167	92.460	124.473			
Estimativa três anos após	55.980	69.466	72.769	86.808	87.971	93.050				
Estimativa quatro anos após	56.519	70.177	74.136	86.165	88.079					
Estimativa cinco anos após	56.708	70.316	73.849	86.260						
Estimativa seis anos após	57.178	70.563	74.121							
Estimativa sete anos após	58.459	70.781								
Estimativa oito anos após	57.830									
Estimativa atual de sinistros incorridos	57.830	70.781	74.121	86.260	88.079	93.050	124.473	124.629	73.320	**792.543**

Triângulo de Pagamentos

Ano de ocorrência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa no ano	(40.657)	(49.473)	(50.967)	(62.593)	(62.893)	(67.741)	(87.026)	(85.725)	(32.257)	
Estimativa um ano após	(51.991)	(64.593)	(66.554)	(81.753)	(81.758)	(86.429)	(114.287)	(109.756)		
Estimativa dois anos após	(52.836)	(65.171)	(67.347)	(83.620)	(82.659)	(88.322)	(115.042)			
Estimativa três anos após	(53.412)	(66.425)	(68.025)	(83.973)	(84.756)	(88.696)				
Estimativa quatro anos após	(54.770)	(66.548)	(69.374)	(84.072)	(84.898)					
Estimativa cinco anos após	(55.074)	(66.740)	(69.779)	(84.137)						
Estimativa seis anos após	(55.080)	(67.411)	(69.987)							
Estimativa sete anos após	(55.201)	(67.688)								
Estimativa oito anos após	(55.201)									
Estimativa atual de sinistros incorridos	(55.201)	(67.688)	(69.987)	(84.137)	(84.898)	(88.696)	(115.042)	(109.756)	(32.257)	(707.661)
Estimativa atual de suficiência	2.628	3.093	4.134	2.124	3.181	4.355	9.431	14.872	41.063	**84.882**

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. A informação de resseguro foi incorporada ao quadro estatístico de Previdência e Vida Individual apenas a partir de 2014, por este motivo utilizamos os valores brutos de resseguro. O resultado encontrado este ano segue o padrão dos anos anteriores, demonstrando consistência nos dados e na análise. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, com destaque para 2011, 2013 e principalmente para 2016, onde houve crescimento de aproximadamente 30% em relação a 2015 para os sinistros pagos dentro do mesmo ano. Aproximadamente 49% dos sinistros pagos encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm + jud) - Seguros

Ano de ocorrência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa no ano	33.035	35.942	39.578	55.301	73.264	100.082	137.000	167.629	71.108	
Estimativa um ano após	33.546	36.867	39.425	56.184	72.024	97.487	132.507	154.826		
Estimativa dois anos após	33.869	37.138	39.468	56.521	71.717	98.099	132.396			
Estimativa três anos após	34.298	37.001	39.346	55.797	70.803	98.307				
Estimativa quatro anos após	33.503	37.556	39.520	54.929	70.669					
Estimativa cinco anos após	33.774	37.500	39.026	54.934						
Estimativa seis anos após	33.883	37.804	39.190							
Estimativa sete anos após	34.199	37.594								
Estimativa oito anos após	34.318									
Estimativa atual de sinistros incorridos	34.318	37.594	39.190	54.934	70.669	98.307	132.396	154.826	71.108	**693.343**

Triângulo de Pagamentos

Ano de ocorrência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa no ano	(20.082)	(22.554)	(23.421)	(33.459)	(43.538)	(56.080)	(75.983)	(94.202)	(23.939)	
Estimativa um ano após	(30.464)	(33.315)	(35.596)	(51.123)	(65.164)	(85.935)	(120.878)	(129.593)		
Estimativa dois anos após	(31.511)	(34.678)	(36.837)	(52.224)	(66.765)	(90.601)	(123.076)			
Estimativa três anos após	(31.802)	(35.236)	(37.246)	(53.102)	(67.462)	(91.429)				
Estimativa quatro anos após	(32.144)	(35.533)	(37.400)	(53.579)	(67.567)					
Estimativa cinco anos após	(32.193)	(35.994)	(37.677)	(53.694)						
Estimativa seis anos após	(32.640)	(36.468)	(37.785)							
Estimativa sete anos após	(33.195)	(36.642)								
Estimativa oito anos após	(33.429)									
Estimativa atual de sinistros incorridos	(33.429)	(36.642)	(37.785)	(53.694)	(67.567)	(91.429)	(123.076)	(129.593)	(23.939)	**(597.154)**
Estimativa atual de suficiência	889	952	1.406	1.240	3.102	6.878	9.321	25.233	47.169	**96.189**

Para os estudos referentes a Seguros foram utilizados os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e resseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010. Mais de 60% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

19. Empréstimos e financiamentos

		30 de junho de 2018				31 de dezembro de 2017					
	Prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Valor do contrato	Curto prazo	Longo Prazo	Total	Taxa Mensal	Vencimento
Bradesco S.A.	24	848	448	106	554	1.018	439	304	743	1,25%	Até 09/2019
CIT	36	3.117	952	0	952	4.650	1.470	332	1.802	1,58%	Até 03/2019
IBM	36	0	0	0	0	1.088	55	0	55	1,38%	Até 01/2018
SG Finance	36	1.376	48	0	48	1.376	321	0	321	1,36%	Até 07/2018
Safra	36	565	200	70	270	565	213	161	374	1,26%	Até 11/2019
Daycoval	60	4.338	795	2.509	3.304	4.338	736	2.922	3.658	1,29%	Até 11/2021
Santander	24	80	40	33	73	0	0	0	0	0,88%	Até 04/2020
Total		10.324	2.483	2.718	5.201	13.035	3.234	3.719	6.953		

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

20. Provisões para contingências

(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Contingências fiscais

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	30 de junho de 2018 Valor provisionado	31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Possível	45	20.827	-	-
Total	45	20.827	-	-

Contingências trabalhistas

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	30 de junho de 2018 Valor provisionado	31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Provável	40	5.117	5.117	4.640
Possível	54	6.706	0	0
Remota	19	5.578	0	0
Total	113	17.401	5.117	4.640

Contingências benefícios

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	30 de junho de 2018 Valor provisionado	31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Provável	240	35.179	32.013	31.106
Possível	796	79.643	34.246	30.691
Remota	196	19.854	397	320
Total	1.232	134.676	66.656	62.117

Contingências cíveis

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	30 de junho de 2018 Valor provisionado	31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Provável	143	6.512	6.512	5.361
Possível	413	24.012	0	0
Remota	101	2.385	0	0
Total	657	32.909	6.512	5.361

(b) Movimentação das provisões judiciais

30 de junho de 2018	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Cíveis (i)	Total
No início do semestre	0	4.640	62.117	5.361	72.118
Constituições/reestimativas	0	636	7.565	1.166	9.367
Liquidações	0	(150)	(3.030)	(134)	(3.314)
Atualizações	0	(9)	4	119	114
No final do semestre	0	5.117	66.656	6.512	78.285

31 de dezembro de 2017	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Cíveis (i)	Total
No início do semestre	0	5.307	49.773	3.564	58.644
Constituições/reestimativas	0	799	19.239	1.857	21.895
Liquidações	0	(1.652)	(8.039)	(464)	(10.155)
Atualizações	0	186	1.144	404	1.734
No final do semestre	0	4.640	62.117	5.361	72.118

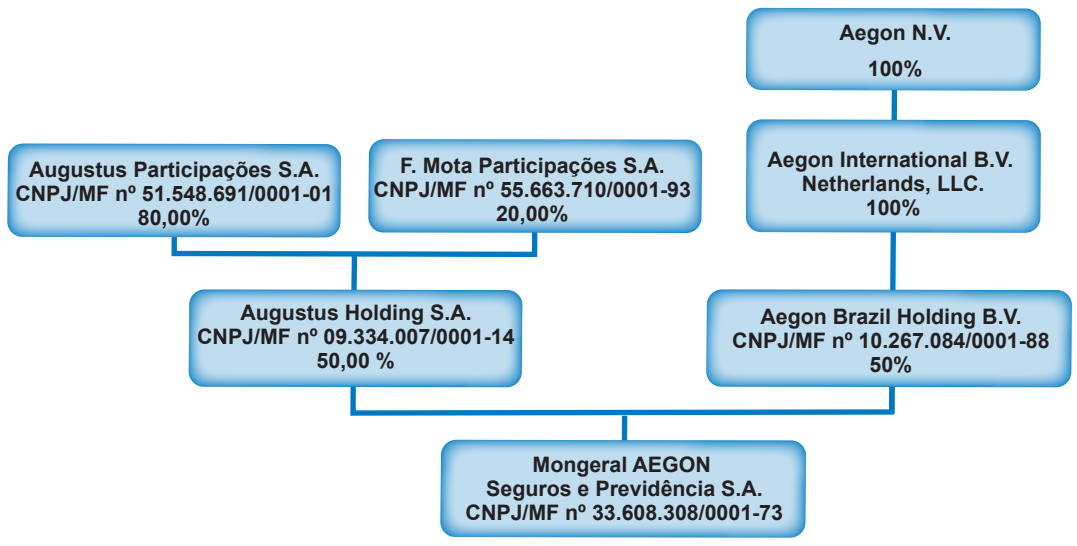
(i) Registrado em Outros Débitos – Provisões Judiciais; (ii) Registrado em Provisões Técnicas.

(c) Depósitos judiciais

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Sinistros	7.661	7.564
Tributos	10.410	10.089
Trabalhistas	1.302	1.270
Cíveis e administrativos	2.625	2.576
	21.998	**21.499**

(d) Descrição resumida das principais ações: *Fiscais:* Existem 63 processos de natureza tributária, dos quais 45 a Seguradora é parte ré e 18 a Seguradora é parte autora, sendo que todas as mencionadas ações possuem probabilidades de perda "possível". Com relação à COFINS, há uma ação em curso (a Companhia é ré), com probabilidade "possível", com valor total de R$ 2.656 e com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, na qual a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R$ 8.099 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Há depósitos judiciais no montante de R$ 10.410 (2017 – R$ 10.089). *Cíveis:* Existem 662 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação dos quais 657 a Seguradora é parte ré e 5 a Seguradora é parte autora. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R$ 6.512. Há depósitos judiciais no montante de R$ 2.625 (2017 – R$ 2.576). *Trabalhistas:* As ações trabalhistas, que somam o total de 113 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação. Há depósitos judiciais no montante de R$ 1.302 (2017 – R$ 1.270). *Benefícios:* Existem 1.232 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 2% para causas remotas, 43% para as causas possíveis e 91% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R$ 66.656. Há depósitos judiciais no montante de R$ 7.661 (2017 – R$ 7.564). **21. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 30 de junho de 2018, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 22.656.354 ações ordinárias sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Março de 2017, os acionistas da Seguradora deliberaram aumento do capital no montante de R$ 11.752, com a emissão de 850.330 novas ações ordinárias, o qual foi aprovado pela SUSEP através da Portaria 322, de 9 de Maio de 2017.

Organograma Societário - Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.



(b) Reservas de lucros: A reserva de lucros inclui a reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido do semestre, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada semestre social. O saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo o limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia destinou o excesso da reserva de lucros para aumento de capital em março de 2017, no valor de R$ 11.752. A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhes deram origem são depreciados. A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R$ 35.815, oriunda da incorporação da Aegon Brasil Holding Ltda, realizada em 18 de maio de 2011. **(c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 30 de junho de 2018 não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição, conforme Assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2018. Logo, a provisão de dividendos a pagar no valor de R$ 6.410 contabilizada em 31 de dezembro de 2017 foi estornada para reserva especial de dividendos por decisão dos acionistas e conselho da Seguradora. **(d) Lucro por ação - básico e diluído:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do semestre aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do semestre pela média ponderada das ações em circulação no semestre, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Numerador		
Lucro líquido do semestre	11.921	17.535
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	22.355.826	22.015.694
	0,53	**0,80**

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Descrição	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Patrimônio líquido contábil	336.442	318.386
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(24.055)	(22.156)
(-) Despesas antecipadas	(10.257)	(12.555)
(-) Intangível	(86.091)	(93.709)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	(216.039)	189.966
Capital Base	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição	127.025	121.635
Capital de Risco de Crédito	19.849	25.400
Capital de Risco Operacional	3.143	2.991
Capital de Risco de Mercado	176.462	313.175
Benefício da correlação de riscos	(72.043)	(86.536)
Capital de Risco	254.436	376.665
Exigência de Capital - CMR	254.436	376.665
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	216.039	189.966
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	124.504	256.850
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-)	340.543	446.816
(-) Exigência de Capital - CMR	254.436	376.665
Suficiência/(insuficiência) do PLA	86.107	70.151
Suficiência de capital (%)	33,84%	18,62%

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343, de 26 de dezembro de 2016.

22. Imposto de renda e contribuição social: **(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL):** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	30 de junho de 2018 IRPJ/CSLL	30 de junho de 2017 IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	36.531	41.398
Participação nos lucros	(10.458)	(8.112)
Base de cálculo	26.073	33.286
Alíquota nominal	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	11.733	14.979
Diferenças permanentes	2.419	772
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	14.152	15.751
Imposto de renda e contribuição social corrente	8.957	17.196
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.195	(1.445)
Total	14.152	15.751

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações	6.288	6.089
Outros impostos a compensar	4.002	3.487
Total	10.290	9.576
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação (*)	14.403	17.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	25.798	27.248
Total	40.201	44.931
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	5.362	5.097
Total	5.362	5.097

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota em vigor na época prevista para a realização do ativo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se, principalmente, a provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber, provisão para contingências e provisão para pagamento de pro-labore a parceiros. A realização de créditos diferidos ocorrerá conforme a realização das provisões. O benefício fiscal gerado pela incorporação será realizado até 2021.

23. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado: (a) Sinistros ocorridos

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Indenizações avisadas	(84.966)	(94.121)
Indenizações DPVAT	(10.928)	(9.581)
Despesas com sinistros	(4.143)	(3.946)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(64.570)	(65.389)
Recuperação de sinistros	(8)	22
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.018)	(10.996)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(1.954)	(2.138)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	164	(78)
	(168.423)	**(186.227)**

(b) Resultado com operações de resseguro

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Repasse	(57.104)	(50.806)
Recuperação de sinistros	50.766	43.907
	(6.338)	**(6.899)**

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Receita com emissão de apólice	2.386	1.942
Despesas com cobrança	(2.053)	(1.888)
Consorcio DPVAT	1.140	(441)
Provisão para risco de créditos duvidosos	(3.288)	(377)
Outras	121	(53)
	(1.694)	**(817)**

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Despesas de corretagem e agenciamento	(86.599)	(82.287)
Despesas de custeamento de vendas	(8.642)	(6.102)
Despesas com serviços técnicos	(799)	25
Consultoria comercial	(22.668)	(24.617)
Campanha de venda	(5.113)	(5.146)
Marketing	(14.142)	(20.992)
Transporte de malotes	(1.108)	(1.009)
Treinamento e desenvolvimento	(2.085)	(2.533)
Outras	(2.138)	(2.027)
	(143.294)	**(144.688)**
Seguros	(81.237)	(75.440)
Previdência	(62.057)	(69.248)

CONTINUA

(e) Outras receitas e despesas operacionais – previdência

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Serviço funeral	1.106	1.112
Receitas c/serviços de distribuição	493	336
Processos judiciais	(2.718)	(2.162)
Serviço funeral	(5.491)	(6.461)
Serviços assistências	(530)	632
Taxa de administração	(1.310)	(1.188)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(2.196)	1.026
Parceria comercial	(94)	(5.382)
Outras	4.720	4.955
	(6.020)	**(7.132)**

(f) Despesas administrativas

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Pessoal próprio	(90.282)	(89.379)
Serviços de terceiros	(21.355)	(12.882)
Localização e funcionamento	(35.447)	(32.811)
Publicidade e propaganda	(1.849)	(1.725)
Despesas com donativos e contribuições	(2.901)	(844)
Jornais e revistas	(103)	(178)
Publicações	(386)	(392)
Multas	(38)	(54)
Convênio DPVAT	(1.591)	(1.097)
Outras	(121)	(227)
	(154.073)	**(139.589)**

(g) Despesas com tributos

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Impostos	(975)	(664)
Contribuições (*)	(16.794)	(15.831)
Taxa de fiscalização	(1.090)	(578)
Outras	(81)	(64)
	(18.940)	**(17.137)**

(*) Refere-se principalmente a PIS e COFINS sobre receita de prêmios emitidos.

(h) Resultado financeiro

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	419	678
Receitas com fundos de investimentos	42.561	46.037
Outras receitas financeiras	856	2.221
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(27.088)	(33.397)
Outras	(118)	(169)
	16.630	**15.370**

(i) Resultado patrimonial

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Equivalência patrimonial(*)	1.347	392
Outras	-	-
	1.347	**392**

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora.

24. Aposentadorias e Pensões: A Seguradora efetuou contribuições de R$1.128 (R$1.382 em 30 de junho de 2017) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte, na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora, destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R$ 357 (R$ 377 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com os requerimentos do CPC 33 – Benefícios a empregados, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar". **25. Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou, como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda, Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda, Mongeral Aegon Holding Ltda e Winsocial Administradora de Benefícios Ltda.. A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios referente a serviços prestados de agenciamento que totalizaram R$ 36 (R$ 41 em 30 de junho de 2017) e pagamentos para Winsocial Administradora de Benefícios referente assessoria e consultoria na captação de planos complementares para as operações de seguros e previdência e pro-labore que totalizaram R$ 835 em 30 de junho de 2018. A seguradora teve o recebimento de R$ 9 (R$ 9 em 30 de junho de 2017) relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios e Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda. A despesa incorrida até a data de 30 de junho de 2018 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R$12.557 (R$ 10.050 em 30 de junho de 2017). A seguradora tem o saldo de Títulos e créditos a receber do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R$ 1.778 em 30 de junho de 2018.

26. Eventos Subsequentes: Em Assembleia geral extraordinária realizada no dia 02 de agosto de 2018 foi deliberado aprovação da distribuição de dividendos no total de R$ 15.000 proporcionalmente aos acionistas, provenientes dos recursos disponíveis na reserva de retenção de lucros da seguradora Mongeral Aegon. A ordem de pagamento dos dividendos será realizada até o dia 10 de agosto de 2018.

DIRETORIA

Helder Molina Diretor-Presidente	**Osmar Navarini** Diretor	**Nelson Emiliano Costa** Atuário - MIBA Registro 1068
José Carlos Gomes Mota Diretor	**Luiz Claudio do Amaral Friedheim** Diretor	**Marcelo da Motta Abreu** Contador - CRC RJ 096032/O6
Nuno Pedro Correia David Diretor	**Raphael de Almeida Barreto** Diretor	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros titulares	**Nilton Molina** (Presidente)	**Helder Molina**
	Kent Gerard Callahan (Vice-Presidente)	**Timothy Francis Kneeland**
	Fernando Rodrigues Mota	**Dennis Patrick Gallagher**
Membros suplentes	**Sara Molina**	**Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior**

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

O Comitê de Auditoria da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de junho de 2015. São atribuições do Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no cumprimento das regras estabelecidas nas disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes, com o fim de manter a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, da qualificação dos auditores independentes, da atuação da auditoria interna, bem como das atividades de riscos e controles internos da Mongeral Aegon. É responsabilidade da Administração da Mongeral Aegon a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e normativos regulatórios vigentes, assim como, a manutenção dos controles internos para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras. As avaliações do Comitê de Auditoria fundamentaram-se nas informações recebidas da Administração da Mongeral Aegon, dos auditores independentes, da auditoria interna e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação. Desde o início de suas atividades, o Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Diretor Presidente, Diretoria, Auditoria Independente, Auditoria Interna, Atuarial, Contabilidade, Ouvidoria e Jurídico. Realizou a revisão das demonstrações financeiras, notas explicativas e correspondentes relatórios dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. **CONCLUSÃO:** Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.. Ainda, no cumprimento das suas atribuições, e conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê de Auditoria durante os seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como das disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes.

Rio de janeiro, 30 de agosto de 2018

Cleide de Sant´Anna Pacheco Membro do Comitê de Auditoria - Presidente	José Américo Peón de Sá Membro do Comitê de Auditoria	Paulo Roberto Pisauro Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1RJ056588/O-8